



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

10/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Aprovada MP do pente-fino no INSS

O governo conseguiu, nesta quinta-feira (9), fazer a MP (medida provisória) do pente-fino nos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) avançar no Congresso. O texto foi aprovado na comissão formada por deputados e senadores para analisar o tema. Para reduzir as críticas ao texto, o Palácio do Planalto recuou e decidiu retirar a proposta de que acidente a caminho do trabalho não fosse assumido pela empresa. A equipe econômica usou o relatório da MP, apresentado pelo deputado Paulo Martins (PSC-PR), nesta terça-feira (7), para incluir um artigo que isentaria as empresas em caso de acidente no percurso do empregado de casa para o trabalho ou no caminho de volta à residência. Em uma nova versão do parecer articulado com interlocutores do presidente Jair Bolsonaro e técnicos do Ministério da Economia, Martins, nesta quinta, manteve a legislação atual, cujas regras possibilitam que acidentes ocorridos no caminho para a empresa ou para casa sejam equiparados a acidentes de trabalho, que podem garantir benefícios e auxílios a trabalhadores. “É ponderado. (Isso) não tira a alma da medida provisória”, disse a líder do governo no Congresso, Joice Hasselmann (PSL-SP), que negociou com partidos da oposição. A equipe de Bolsonaro ainda cedeu na proposta de dificultar o acesso a vários benefícios, como auxílio-doença, salário-maternidade e aposentadoria por invalidez, para quem, após um período de informalidade, voltar a contribuir ao INSS. Em janeiro, quando editou a MP, o presidente endureceu regras para quem, depois de uma pausa de até 36 meses, voltar a contribuir para a Previdência Social.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/05/2019

Governo quer mudar regras do FGTS

O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse nesta quinta (9) que o governo Jair Bolsonaro trabalha em revisões das regras do FGTS, entre as medidas para fomentar a retomada da economia. Alguns dos objetivos são alterar regras para saques de recursos do fundo, hoje restritas a demissões sem justa causa e casos específicos, é ampliar a rentabilidade do fundo, que está abaixo da inflação. “O FGTS vai sofrer reformatações, incluindo mudanças em sua governança, gestão e rentabilidade”, disse o secretário, após participar da abertura do 31º Fórum Nacional, no Rio. Hoje, a rentabilidade é 3% mais TR (taxa referencial, que está zerada).

“Em termos reais, descontada a inflação, [a rentabilidade] é negativa, funciona como um imposto sobre o cidadão”, completou. Segundo ele, a ideia é garantir rentabilidade real, acima da inflação, ao fundo. O secretário sinalizou ainda com a possibilidade de mudanças nas alíquotas que garantem a arrecadação do fundo -hoje, o trabalhador paga 8% de seu salário. Rodrigues Júnior não detalhou quais as medidas em estudo e disse que a reforma do FGTS ficará para depois da liberação de recursos do PIS/Pasep. Nesse caso, a ideia é permitir o saque, pelos trabalhadores, de algo entre R\$ 21 bilhões e R\$ 22 bilhões recolhidos nos fundos em até quatro meses.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/05/2019

Marinho reafirma previsão para reforma

O secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, reavaliou nesta quinta-feira, 9, a expectativa de que a proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma da Previdência seja votada no Plenário da Câmara dos Deputados ainda no primeiro semestre.

Mais cedo, em evento no Rio, Marinho havia dito que “não tinha dúvidas” de que o relatório sobre a PEC seria votado na Comissão Especial da Câmara no fim de maio ou início de junho “Se o relatório for votado em junho, há condições de se resolver na Câmara no primeiro semestre”, afirmou Marinho a jornalistas, ao deixar o 31º Fórum Nacional, organizado pelo economista Raul Velloso.

Na entrevista, Marinho explicou que a convicção de que o relatório seria votado entre maio e junho na Comissão Especial, mencionada em palestra mais cedo, foi baseada no cronograma anunciado pelo relator da PEC, Samuel Moreira (PSDB-SP).

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/05/2019

Sabesp abre concurso público de estágio

A Sabesp abre nesta segunda-feira (13), às 10 horas, exclusivamente pela internet, as inscrições para o concurso público com 947 vagas de estágio para estudantes do ensino médio regular, médio técnico e superior, distribuídas na Região Metropolitana de São Paulo, interior e litoral. Para as pessoas com deficiência, estão reservadas 10% das vagas por modalidade de curso e região de classificação. A taxa de inscrição é de R\$ 55 para os estudantes do ensino médio e técnico e R\$ 75 para superior.

Informamos que os jovens com direito a isenção de taxa de inscrição ou redução de 50% de pagamento, de acordo com as leis estaduais 12.147/05 e 12.782/07, têm o prazo de 13 a 17 de maio para solicitar o benefício. Importante consultar o edital para verificar as orientações, os critérios e os documentos exigidos no processo de isenção.

O edital completo com vagas, orientações e regras para inscrição está disponível no site www.concursosfcc.com.br, da Fundação Carlos Chagas, instituição responsável pelo concurso público.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 10/05/2019

Governo vai modernizar Normas Regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho

As Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança e saúde no trabalho vão passar por um amplo processo de modernização. O anúncio foi feito nesta quinta-feira (9) pelo secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, na abertura da 31ª edição do Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), no Rio de Janeiro. “Trazer investimentos para o Brasil passa pela criação de um ambiente propício, acolhedor e saudável para quem vai empreender. Por isso a importância da desburocratização e da simplificação de regras”, afirmou.

Marinho explicou que toda a normatização na área de saúde e segurança no trabalho está sendo revista, com foco na desregulamentação e na simplificação. O secretário destacou que a situação atual prejudica diretamente a produtividade das empresas e a capacidade de o Brasil competir com outros países.

“Hoje, há custos absurdos em função de uma normatização absolutamente bizantina, anacrônica e hostil”, disse.

A primeira norma a ser revista será a NR-12, que trata da regulamentação de maquinário, abrangendo desde padarias até fornos siderúrgicos. A previsão é de que a nova NR do setor seja entregue em junho.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=7011>